

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	35
-------------------------	-----------

CAPÍTULO 1

A IMPORTÂNCIA DO ÔNUS DA PROVA NO PROCESSO PENAL E DA PARTICIPAÇÃO DO ACUSADO NA RECONSTRUÇÃO DO FATO	53
1.1 A função da teoria geral do processo no estudo da prova.....	53
1.1.1 O conceito de “prova” e sua função no processo penal.....	62
1.1.2 A busca da “verdade real” e sua compatibilidade com a ampla defesa.....	75
1.1.3 Os meios de prova e a participação da defesa em sua produção.....	84
1.2 A controvérsia doutrinária e jurisprudencial acerca da divisão do ônus probatório.....	89
1.2.1 A reforma probatória realizada pela Lei n. 11.690/08: nenhum benefício ao direito de defesa.....	104
1.2.2 O ônus de comprovação dos elementos do crime.....	109
1.2.3 A comprovação do elemento subjetivo.....	116
1.3 A experiência estrangeira na divisão do ônus probatório.....	118
1.3.1 A teoria da carga dinâmica da prova defensiva.....	126
1.4 A releitura da repartição do ônus da prova a partir das garantias constitucionais e supralegais.....	131

CAPÍTULO 2

A RACIONALIZAÇÃO DOS LITÍGIOS E A INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTOS PROBATÓRIOS PRÉVIOS: UM OLHAR PARA O DIREITO PROCESSUAL CIVIL.....	135
--	------------

2.1	Os meios de prova no Direito Processual Civil e os custos das demandas: como as ondas renovatórias do acesso à justiça podem servir de norte ao processo penal?.....	135
2.1.1	A primeira onda renovatória e a assistência jurídica: municiando as partes com aptidão técnica para a defesa de seus interesses e produção probatória	138
2.1.2	A segunda onda renovatória e a tutela coletiva: a defesa de interesses do grupo e o exercício da atividade probatória...	147
2.2	A atividade pericial no Direito Processual: um exemplo dos custos da demanda como obstáculo ao acesso à justiça e de como a prova pericial deve ser produzida	151
2.3	A produção probatória prévia e o procedimento bifásico.....	161
2.3.1	O inquérito civil na tutela coletiva	166
2.3.2	Os procedimentos probatórios extrajudiciais: uma leitura das proposições doutrinárias.....	171
2.4	Em que pontos a experiência probatória do processo civil podem nortear o processo penal	174

CAPÍTULO 3

	A INVESTIGAÇÃO CRIMINAL DEFENSIVA NO DIREITO COMPARADO.....	177
3.1	O sistema processual penal italiano.....	177
3.1.1	As garantias processuais.....	184
3.1.2	A assistência jurídica na Itália	198
3.1.3	<i>A Investigazione Difensiva</i> da Lei 397, de 7 de dezembro de 2000.....	217
3.1.3.1	A gênese da investigação defensiva no direito italiano	218
3.1.3.2	A caminhada rumo a uma regulamentação mais sólida da investigação defensiva.....	227
3.1.3.3	A resistência italiana à investigação defensiva	230
3.1.3.4	A constituição do vínculo para a realização da investigação defensiva e os integrantes da equipe investigativa.....	234
3.1.3.5	A natureza da atividade investigativa defensiva....	236

3.1.3.6	O modo de realização da indagine difensiva.....	241
3.1.3.7	A documentação da investigação defensiva (fascicolo del difensore)	248
3.1.3.8	Dos aspectos éticos da investigação defensiva italiana.....	251
3.1.3.9	As regras de utilização da investigação defensiva.	256
3.1.3.10	Das formas atípicas de introdução do conteúdo da investigação defensiva.....	258
3.1.3.11	Da tipificação dos atos que envolvem a investigação defensiva.....	262
3.1.3.12	Da qualidade de testemunhas dos integrantes da equipe de investigação defensiva	263
3.1.3.13	O regime de nulidades na investigação defensiva	264
3.1.3.14	Os interessados no desenvolvimento da investigação defensiva.....	265
3.1.3.15	Da publicidade da investigação defensiva.....	266
3.1.3.16	Do suporte judicial ao desenvolvimento da investigação defensiva	268
3.1.3.17	Da obtenção de informações em poder da administração pública.....	271
3.1.3.18	Do acesso ao local do crime e sua importância para a investigação defensiva	274
3.1.3.19	Dos atos irrepetíveis realizados durante a investigação defensiva.....	278
3.1.3.20	As limitações investigativas oponíveis à defesa pelo Ministério Público.....	280
3.1.3.21	A investigação defensiva como fiel da balança de paridade de armas.....	281
3.2	O sistema processual penal norte-americano.....	284
3.2.1	As garantias processuais.....	290
3.2.2	A consensualidade no sistema jurídico norte-americano.....	295
3.2.2.1	A necessária participação da defesa técnica na negociação da persecução	298
3.2.3	O rito procedimental.....	305

3.2.4	A atuação da defesa durante a fase de investigação: <i>the duty to disclosure e a Discovery</i>	312
3.2.5	A assistência jurídica norte-americana: entre avanços e re- trocessos.....	334
3.2.6	A morfologia da investigação criminal defensiva norte-a- mericana.....	346
3.2.6.1	O dever de realizar investigações independente da condição jurídica da defesa do acusado	348
3.2.6.2	Vedação ao emprego de meios ilícitos ou antiéti- cos	351
3.2.6.3	A atividade investigativa e a identificação de tes- temunhas.....	352
3.2.6.4	A utilização das testemunhas especialistas (<i>expert witnesses</i>)	355
3.2.6.5	Regras de compliance na investigação defensiva .	357
3.2.6.6	Manuseio de objetos no curso da investigação de- fensiva.....	359
3.2.6.7	Atuação em procedimentos perante a corte.....	364
3.2.6.8	Dever de transparência entre defensor e defendi- do.....	365
3.2.6.9	Condução da defesa	368
3.3	Os modelos da América Latina	371
3.3.1	A investigação defensiva na Colômbia	378
3.3.1.1	O sistema processual penal colombiano.....	378
3.3.1.2	A assistência jurídica na Colômbia	382
3.3.2	A investigação defensiva na Argentina.....	389
3.3.2.1	O sistema processual argentino	390
3.3.2.2	A assistência jurídica na Argentina.....	393
3.3.3	A investigação defensiva no Peru	397
3.3.3.1	O sistema processual peruano.....	397
3.3.3.2	A assistência jurídica no Peru	398
3.3.4	A investigação defensiva na Guatemala.....	402
3.3.4.1	O sistema processual guatemalteco.....	403

3.3.4.2	A assistência jurídica na Guatemala.....	405
3.3.5	A investigação defensiva na Costa Rica	408
3.3.5.1	A assistência jurídica na Costa Rica	409
3.3.6	A investigação defensiva no Chile	411
3.3.6.1	O sistema processual chileno	411
3.3.6.2	A assistência jurídica no Chile	413
3.3.7	A (ausência de) investigação defensiva no México.....	415

CAPÍTULO 4

	OS DIVERSOS GÊNEROS DE INVESTIGAÇÃO NO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO.....	417
4.1	A investigação criminal: a necessidade de enxergá-la como um gênero.....	417
4.1.1	A investigação direta realizada pelo Ministério Público	433
4.1.1.1	O “duty to disclosure” na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça	442
4.1.2	A presidência do inquérito policial e sua função de polícia judiciária no ordenamento jurídico.....	446
4.2	A investigação conduzida pelo ofendido	455
4.2.1	O microprocedimento da violência doméstica e sua extensão em relação à investigação defensiva em favor da vítima.....	465
4.3	A apuração desenvolvida em procedimentos administrativos sancionadores (Comissões Parlamentares de Inquérito, CADE, Receita Federal, Banco Central e INSS).....	470
4.4	A nova lei do investigador particular: um avanço no tema ou mera coincidência legislativa?.....	472
4.5	A duração da investigação criminal e os tempos processuais entre acusação e defesa	477

CAPÍTULO 5

	DESVENDANDO A INVESTIGAÇÃO CRIMINAL DEFENSIVA NO BRASIL: O QUE PODE SER FEITO E O QUE DEPENDE DE ADAPTAÇÃO NORMATIVA	489
--	---	------------

5.1	A ampla defesa e o contraditório no Processo Penal – a importância da preparação probatória como aspecto da influência.....	489
5.2	A investigação criminal defensiva: o grande potencial do sistema jurídico brasileiro	501
5.3	A dificuldade do réu hipossuficiente preso em subsidiar elementos para sua defesa técnica e o papel da Defensoria Pública na atividade de investigação.....	508
5.3.1	A Defensoria Pública como órgão de suporte defensivo – Evitando as adjetivações e focando no apoio aos indiciados e acusados patrocinados por advogados – O papel de defesa de vulneráveis	515
5.3.1.1	Órgãos de inteligência no âmbito da Defensoria Pública.....	533
5.3.1.2	A regulamentação da investigação defensiva nas Defensorias Públicas	536
5.3.2	A defesa técnica obrigatória estabelecida pelo art. 14-A do CPP – um estímulo à antecipação da atuação defensiva	537
5.3.3	A teoria da perda de uma chance probatória no processo penal e sua relação com a investigação criminal direta pela defesa	539
5.4	A Ordem dos Advogados do Brasil e a Defensoria Pública como órgãos de fomento e regulação da atividade investigativa defensiva: edição das normas administrativas pertinentes	541
5.4.1	O Código Deontológico da ABRACRIM e as Diretrizes do Conselho Nacional de Corregedores Gerais das Defensorias Públicas.....	544
5.5	Teorizando uma investigação criminal defensiva no Brasil.....	548
5.5.1	O momento da investigação defensiva	557
5.5.2	O modo de se realizar a investigação defensiva	561
5.5.3	O objetivo da investigação defensiva.....	564
5.5.4	O método da investigação defensiva	568
5.5.5	As garantias de quem participa ou intervém na investigação defensiva	571
5.5.6	A publicidade da investigação defensiva.....	576
5.5.7	A natureza da relação entre investigador e interessado na investigação defensiva.....	577

5.5.8	A possibilidade de controle, amparo e intervenção judicial na investigação defensiva.....	579
5.5.9	O regime disciplinar aplicado à investigação defensiva.....	580
5.5.10	A investigação direta pela defesa em procedimentos para apuração de atos infracionais	582
5.6	Atos passíveis de realização por meio da investigação defensiva.....	587
5.6.1	Colheita e registro de depoimentos.....	588
5.6.2	Requisição de documentos e informações.....	599
5.6.3	Exames e contraprova pericial.....	604
5.6.3.1	A observância da cadeia de custódia – necessidade de apoio técnico especializado	613
5.6.4	Exame de local	615
5.6.5	Depoimento de especialistas e apoio de equipes multidisciplinares	618
5.6.6	Acesso aos bancos de dados públicos	620
5.6.7	Acesso às informações pessoais do imputado	624
5.6.8	Coleta de dados pessoais da vítima e de seu comportamento em espaços públicos	627
5.6.9	As novas tecnologias decorrentes da pandemia (covid-19) e sua relação com a investigação defensiva.....	628
5.6.10	O procedimento de produção antecipada de provas na investigação defensiva	636
5.6.11	A interceptação de dados e comunicações telefônicas de iniciativa defensiva: (im)possibilidade?.....	638
5.7	Proposições legislativas de fortalecimento da atuação defensiva – a necessária ética e sigilo na condução da investigação criminal defensiva – o papel do defensor/advogado na arrecadação de elementos	653
5.8	Instrumentos processuais de diálogo no Processo Penal: a figura dos acordos processuais e a necessidade de compatibilização com a investigação defensiva	661
5.9	O valor da investigação defensiva na relação processual e a eventual ilicitude de seu conteúdo.....	677
5.10	A necessária reformulação do Código de Processo Penal	687

5.10.1 A regulamentação no texto do projeto do novo Código de Processo Penal.....	693
5.11 A utilização de standards de prova e sua relação com a investigação defensiva.....	701
5.11.1 A natureza dos standards no sistema jurídico norte-americano	711
5.12 A problemática comum ao processo civil e ao processo penal na aplicação dos Standards.....	715
5.13 A contribuição da investigação defensiva na aplicação de Standards e na persuasão para a construção da decisão judicial	723
5.14 O enfrentamento da jurisprudência em torno da investigação criminal direta pela defesa	730
5.14.1 O equívoco na compreensão da prova nova pela jurisprudência na condução da investigação defensiva	736
CONCLUSÕES	739
REFERÊNCIAS	743
APÊNDICE A – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO NO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL E NAS LEIS FEDERAIS PERTINENTES	769
APÊNDICE B – PROPOSTA DE ADAPTAÇÃO DO PROJETO DE INVESTIGAÇÃO DEFENSIVA EDITADO PELA OAB.....	785
APÊNDICE C – PROPOSTA DE EDIÇÃO DE NORMA REGULAMENTADORA DA INVESTIGAÇÃO DEFENSIVA NO ÂMBITO DAS DEFENSORIAS PÚBLICAS.....	793
APÊNDICE D – MODELOS DE DOCUMENTAÇÃO DE ATOS DE INVESTIGAÇÃO DEFENSIVA	797
APÊNDICE E – CÓDIGO DEONTOLÓGICO DE BOAS PRÁTICAS DA INVESTIGAÇÃO DEFENSIVA – ABRACRIM.....	813